



ATA N.º 54

13-11-2019

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima quarta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos a Técnica Superior do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2019: € 171 947,14. -----

ORDEM DO DIA: -----

1 - CENÁRIOAGOSTO, UNIPessoal, LDA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ----

Solicita a Empresa Cenárioagosto - Unipessoal, Lda, a emissão de licença especial de ruído para realização da festa de aniversário do estabelecimento "Adega da Lua", em Cuba, no próximo dia 15 de novembro, entre as 21,00H e as 6.00h do dia seguinte. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 156/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou emitir a licença especial de ruído até às 4,00 horas, nos termos do disposto no n.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08. -----

2. BEATRIZ BOTELHO PEREIRA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita a Sr.ª Beatriz Botelho Pereira a emissão de licença especial de ruído para realização de uma festa de casamento no "Palacete Borrinho", em Cuba, no próximo dia 7 de dezembro, entre as 16,00H e as 6.00h do dia seguinte. -----

A Câmara, por maioria, tendo o Sr. Presidente apresentado escusa atendendo ao grau de parentesco com o noivo da requerente, com base na Informação n.º 157/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou emitir a licença especial de ruído até às 6,00 horas, nos termos do disposto no n.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08. ----

3. MANUEL ROMÃO ALMADA CALHAU. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita o Sr. Manuel Romão Almada Calhau, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente do consumo de água que se encontra em dívida, da habitação sita na Rua Capitão Formosinho, n.º 9, em Vila Alva, cujo contrato se encontra em nome de Diamantina Almada Calhau, em 3 prestações mensais, em virtude de dificuldades de ordem económica. -----

A Câmara, por unanimidade, nos termos da informação n.º 154/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente

possibilitando o pagamento em prestações alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

4. JOAQUIM ANTÓNIO CAIXEIRO VASCO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita o Sr. Joaquim António Caixeiro Vasco, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente do consumo de água que se encontra em dívida, da habitação sita na Rua Michel Giacometti, n.º 12, em Cuba, em prestações mensais, em virtude de dificuldades de ordem económica. -----

A Câmara, por unanimidade, nos termos da informação n.º 153/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em prestações alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

5. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA SEDE LOCAL DO PROJETO CRESCE E APARECE – E7G, FINANCIADO PELO PROGRAMA ESCOLHAS. -----

A Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado é entidade executora do Projeto em título, cujo objetivo central é a promoção e integração de crianças e jovens geograficamente excluídos, através de metodologias que potenciam a educação, empreendedorismo e participação cívica e/ou comunitária. O território de intervenção envolve os Municípios de Cuba, Vidigueira e Alvito. Ao desenvolver atividades no âmbito do Município de Cuba, veio a Terras Dentro solicitar a cedência de uma sede local para o Projeto. -----

Analisando a disponibilidade dos espaços propriedade do Município, cujas características se adequavam à tipologia de atividades previstas no Projeto, verificou-se a disponibilidade de um gabinete no prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2940, edifício da Antiga Escola Pré-Primária, sito na Rua de Beja, s/n em

Cuba. -----

De harmonia com o disposto na alínea ee) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, constitui competência da Câmara Municipal “Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”. -----

Assim: -----

Considerando que o edifício da antiga Escola Pré Primária faz parte do património imobiliário municipal. -----

Considerando que a existência de edifícios encerrados constitui a causa primeira da sua degradação e ruína, com todos os encargos daí resultantes. -----

Considerando o interesse público inerente à manutenção e conservação do património municipal. -----

Considerando o interesse público inerente ao desenvolvimento das atividades previstas no âmbito do Projeto. -----

Deverá a Câmara Municipal, nos termos das competências assinaladas, formalizar a cedência do espaço pelo período de duração do Projeto citado. -----

Atendendo aos fins desenvolvidos pela requerente, poderá a Câmara Municipal optar por formalizar esta cedência através da celebração de um contrato de comodato (que é o contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir – vide artº. 1129º do Código Civil), no qual fiquem exarados os direitos e deveres das partes, como forma de salvaguarda de um bem que é património público. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou formalizar o contrato de comodato com a Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado cuja minuta se anexa. -----

MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO OUTORGANTES

Primeiro: O **Município de Cuba**, entidade equiparada a pessoa coletiva n.º 500 832 935, com sede na Rua Serpa Pinto, n.º 84, em Cuba, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Manuel Casaca Português, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Segundo: **Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado**, pessoa coletiva n.º 502605367, com sede na Rua Rossio do Pinheiro, s/n em Alcáçovas, entidade declarada de utilidade pública, no Diário da República, II Série n.º 102 de 03/05/1997, representada por Eng. Elsa Maria da Conceição Branco (Presidente da Direção) e Dra. Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado (Vice Presidente da Direção).

CLÁUSULAS

1ª Cláusula

O primeiro outorgante cede, a título gratuito, ao segundo, um gabinete no prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2940, edifício Antiga Escola Pré-Primária, sito na Rua de Beja, s/n em Cuba, de que é legítimo proprietário, para que aí seja instalada a sede local do Projeto Cresce e Aparece – E7G, financiado pelo Programa Escolhas.

2ª Cláusula

Constituem zonas de utilização comum do prédio referido na Cláusula anterior, as casas de banho, corredores, átrio e zona exterior envolvente.

3ª Cláusula

A cedência a que se refere a Cláusula Primeira é efetuada pelo prazo de duração do Projeto Cresce e Aparece – E7G, financiado pelo Programa Escolhas, cessando previsivelmente em 31 de dezembro de 2020, sendo automaticamente prorrogada até ao termo deste projeto e, se tal cedência não for denunciada por qualquer uma das partes.

4ª Cláusula

O segundo outorgante apenas poderá usar o local ora cedido para nele executar o Projeto referido na Cláusula anterior e atividades com este conexas.

5ª Cláusula

O segunda outorgante obriga-se a fazer das instalações cedidas um uso prudente e adequados aos fins do presente contrato, bem como a proceder à sua entrega, no

termo do mesmo, ficando responsável pelos danos que decorram de uma utilização anormal ou abusiva das instalações cedidas.

6ª Cláusula

O segundo outorgante obriga-se a comunicar à Câmara Municipal de Cuba todas as deficiências, cortes, ruturas, danos ou quaisquer outras situações anómalas que verifique no edifício e na sua zona envolvente exterior, logo que disso tenha conhecimento, sob pena de ser responsabilizado pelos prejuízos que daí resultem se o não fizer.

7ª Cláusula

O segundo outorgante não poderá ceder a terceiros nem realizar quaisquer obras no edifício cedido sem prévia autorização do primeiro outorgante.

8ª Cláusula

São da responsabilidade de ambos os outorgantes a limpeza e manutenção das instalações de utilização comum, ora cedidas.

9ª Cláusula

No fim do contrato o segundo outorgante obriga-se a entregar o edifício livre e desocupado de quaisquer bens e nas mesmas condições em que o encontrou aquando da sua cedência.

10ª Cláusula

A inobservância das obrigações resultantes deste contrato pelo segundo outorgante confere ao primeiro o direito de o resolver de imediato, ficando a parte infratora obrigada a restituir a sala livre e desocupada, no prazo máximo de 8 dias após a notificação da resolução.

11ª Cláusula

A tudo o que não estiver previsto no presente contrato são aplicáveis as disposições constantes dos artigos 1129º e seguintes do Código Civil.

12ª Cláusula

O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura e é válido pelo período de duração do Projeto Cresce e Aparece – E7G, financiado pelo Programa Escolhas.

Assim o outorgaram.

Cuba, de 2019

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

6. TELMA PINTO NOBRE. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM. PRÉDIOS N.º 270, 271, 272, 273, 275, 277, 279 E 442 DA SECÇÃO K, n.º 247-E e 18-H, DE CUBA. -----

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa aos prédios acima identificados; -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que de acordo com a informação técnica, deferiu o pedido nos seguintes termos: -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido em **Áreas com Aptidão Agrícola Dominante e de REN**; De acordo com a **Planta de Condicionantes** do mesmo plano, assinala-se interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) na totalidade dos prédios e ainda com solos de **REN** (Reserva Ecológica Nacional) nos prédios n.ºs 270, 271, 272, 273, 277 e 279; -----

Existe ainda interferência com a área do Bloco de Rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA); -----

Em caso de ação agrícola ou de qualquer operação urbanística no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, no que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). Ainda e nos termos da comunicação n.º 857/DSBC/2018 emanada da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN), à semelhança do que já acontece com outros municípios, deve o pedido ser nessa altura, remetido à DRCALEN para emissão de parecer. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: "Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Noel" and "H. Pinto Nobre".

motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

7. RELATÓRIO FINAL DE CONSULTA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS. -----

Foi presente à Câmara o relatório final de consulta pública do PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Cuba). -----

RELATÓRIO FINAL

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, procedeu-se à elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Cuba (doravante PMDFCI). -----

A elaboração do plano obedeceu ao disposto no Despacho n.º 443-A/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 6, de 9 de janeiro de 2018, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Despacho n.º 1222-B/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 24, de 2 de fevereiro de 2018. -----

O PMDFCI foi submetido a parecer prévio da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) e posteriormente submetido a parecer vinculativo do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF). -----

Em 09/10/2019, foi publicitado, no Diário da República, 2ª Série, N.º 176, o Aviso de abertura do período de consulta pública do PMDFCI, pelo prazo de 15 dias úteis, o qual foi também publicitado mediante editais afixados nos locais de estilo e no sítio de internet do Município – www.cm-cuba.pt. -----

Decorrido o período de consulta pública, verificou-se não existirem quaisquer observações. -----

Por seu turno, o ICNF em posse do respetivo Plano, tendo 20 dias para se pronunciar com a emissão do respetivo Parecer Vinculativo não o fez, levando o Município a invocar o n.º 5 do Artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01 do Código do Procedimento Administrativo (CPA) que diz na sua redação atual que “Quando um parecer obrigatório

não for emitido dentro dos prazos previstos no número anterior, pode o procedimento prosseguir e vir a ser decido sem o parecer, salvo disposição legal expressa em contrário.” -----

Pelo exposto, sendo competência da assembleia municipal a aprovação do PMDFCI, por maioria simples, e devendo este órgão deliberativo deliberar num prazo de 45 dias, deve o presente Plano ser remetido ao órgão executivo para que este, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o remeta à Assembleia Municipal de Cuba para aprovação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a informação remetendo o documento para aprovação da Assembleia Municipal. -----

8. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DOS TARIFÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA 2020. -----

Foi-nos presente o estudo económico-financeiro feito pela POCALENTEJO - Apoio Contabilístico, Fiscal, Informático e Formação, Lda, relativo à atualização dos tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos proposta para o ano económico de 2020, documento que se junta à presente informação. -----

Quid iuris? -----

Estatui a alínea d) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que são receitas dos municípios, entre outras “*O produto da cobrança de (...) preços resultantes (...) da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 15.º e 16.º*” -----

Por sua vez, o n.º 1 do art.º 21.º dessa lei estabelece que “*Os preços (...) a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados (...) pelas unidades orgânicas municipais (...), não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços (...)*” e o n.º 3 determina que “*Os preços (...) a cobrar pelos municípios respeitam, nomeadamente, às atividades de exploração de sistemas municipais ou*

intermunicipais de (...) Abastecimento público de água (...), Saneamento de águas residuais (...) (e) Gestão de resíduos sólidos". -----

Relativamente a estas atividades, os municípios cobram os preços previstos em regulamento tarifário que deve obedecer ao estabelecido no art.º 82º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e no regulamento tarifário aprovado pela Entidade Reguladora dos Sistemas de Água e Resíduos (doravante ERSAR) (*vide* n.ºs 4 e 5 do citado art.º 21.º). -----

No âmbito da sua competência para a emissão de recomendações sobre a aplicação do disposto no regulamento tarifário a ERSAR emitiu as recomendações n.º 1/2009 (Formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, doravante Recomendação Tarifária) e n.º 2/2010 (Critérios de cálculo para a formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, doravante Critérios de Cálculo). -----

A Recomendação Tarifária tem como objetivo a harmonização das estruturas tarifárias que servem ao financiamento destes serviços, trazendo-lhes racionalidade económica e financeira e assegurando a respetiva viabilidade e melhoria, sempre sem pôr em causa a autonomia que deve haver na sua gestão. -----

Os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem obedecer aos princípios estabelecidos pela Lei de Bases do Ambiente, pela Lei da Água, pelo Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos, pelo Regime Geral da Gestão de Resíduos e pela Lei das Finanças Locais, designadamente os seguintes: -----

a) Princípio da recuperação dos custos, nos termos do qual os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem permitir a recuperação tendencial dos custos económicos e financeiros decorrentes da sua provisão, em condições de assegurar a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade das entidades gestoras, operando num cenário de eficiência de forma a não penalizar indevidamente os utilizadores com custos resultantes de uma ineficiente gestão dos sistemas; -----

b) Princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos, nos termos do qual os tarifários dos serviços de águas devem contribuir para a gestão sustentável dos recursos hídricos através da interiorização tendencial dos custos e benefícios que estão associados à sua utilização, penalizando os desperdícios e os consumos mais elevados;

c) Princípio da prevenção e da valorização, nos termos do qual as tarifas dos serviços de gestão de resíduos devem contribuir para evitar e reduzir a produção de resíduos, incentivando a adesão dos utilizadores finais aos sistemas de recolha seletiva de materiais e à valorização de resíduos; -----

d) Princípio da defesa dos interesses dos utilizadores, nos termos do qual os tarifários devem assegurar uma correta proteção do utilizador final, evitando possíveis abusos de posição dominante por parte da entidade gestora, por um lado, no que se refere à continuidade, qualidade e custo para o utilizador final dos serviços prestados e, por outro, no que respeita aos mecanismos de sua supervisão e controlo, que se revelam essenciais em situações de monopólio; -----

e) Princípio da acessibilidade económica, nos termos do qual os tarifários devem atender à capacidade financeira dos utilizadores finais, na medida necessária a garantir o acesso tendencialmente universal aos serviços de águas e resíduos; -----

f) Princípio da autonomia das entidades titulares, nos termos do qual a Recomendação da ERSAR procura respeitar a autonomia do Poder Local, sem prejuízo da prossecução dos objetivos fundamentais que a norteiam. -----

Os tarifários devem possuir uma estrutura uniforme em todo o território nacional, tão simples e transparente quanto possível, de forma a facilitar a sua compreensão por parte dos utilizadores finais. -----

De harmonia com o princípio da recuperação dos custos, os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem atender ao disposto no art.º 82.º da Lei n.º 58/2005, de 29/12, e considerar como custos a recuperar, designadamente, os seguintes: -----

a) A reintegração e a amortização, em prazo adequado e de acordo com as práticas contabilísticas aplicáveis, do valor dos ativos afetos à prestação dos serviços, resultantes de investimentos realizados com a implantação, a manutenção, a modernização, a reabilitação ou a substituição de infraestruturas, equipamentos ou meios afetos ao sistema; -----

1-A

Nº 1

Guil

b) Os custos operacionais da entidade gestora, designadamente os incorridos com a aquisição de materiais e bens consumíveis, transações com outras entidades prestadoras de serviços de águas e resíduos, fornecimentos e serviços externos, incluindo os valores resultantes da imputação aos serviços de custos com atividades e meios partilhados com outros serviços efetuados pela entidade gestora, ou incorridos com a remuneração do pessoal afeto aos serviços; -----

c) Os custos financeiros imputáveis ao financiamento dos serviços e, quando aplicável, a adequada remuneração do capital investido pela entidade gestora; -----

d) Os encargos que legalmente impendam sobre a prestação dos serviços, nomeadamente os de natureza tributária. -----

Para cumprimento do princípio da recuperação dos custos, deve ainda atender-se aos proveitos alheios às tarifas, nomeadamente às comparticipações e aos subsídios a fundo perdido, de acordo com o prazo de reintegração e amortização dos ativos resultantes de investimentos subsidiados, aos subsídios à exploração que, por razões excecionais de natureza social, sejam afetos à prestação destes serviços, e a outros proveitos associados à prestação dos serviços ou ao aproveitamento dos meios a eles afetos. -----

Os custos específicos associados à recolha e à drenagem de águas pluviais e à limpeza urbana devem ser excluídos, respetivamente, do universo de custos a recuperar por meio do tarifário dos serviços de saneamento e de gestão de resíduos, mediante segregação ou estimativa, devendo ser recuperados por meio de receitas distintas das entidades titulares. -----

Nesta conformidade, e de forma a cumprir as recomendações da entidade reguladora, assim como as disposições legais sobre a matéria, têm os município da AMCAL concertado as suas atuações no sentido de uniformizar os seus tarifários. -----

Os tarifários devem ser aprovados até ao termo do ano civil anterior àquele a que respeitam, assim como as suas atualizações anuais, e só devem produzir efeitos 15 dias após a sua publicação, nos termos legais, conforme resulta da conjugação do n.º 1 do art.º 11.º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos), na sua redação atual, do art.º 71.º do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do

Concelho de Cuba, do art.º 64.º do Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Cuba, e do art.º 46.º do Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Cuba. -----

Mais se informa que, para efeitos de fiscalização das normas relativas ao cálculo e formação de tarifas, devem os tarifários ser remetidos à ERSAR, acompanhados da deliberação que os aprovou e da respetiva fundamentação económico-financeira nos moldes definidos pelos regulamentos tarifários, no prazo de 15 dias após a sua aprovação (vide nº 3 do citado art.º. 11º-A). -----

O Sr. Vereador Luís Barriga deixou a seguinte nota em nome dos vereadores do PS:

"Embora compreendendo a necessidade de atualização dos tarifários de acordo com as indicações da ERSAR e a concertação no seio dos Municípios da AMCAL para uniformização dos seus tarifários, não podemos votar a favor de mais este aumento. Será importante recordar que estes aumentos têm sido recorrentes nos últimos 3 anos, sendo o primeiro deles extraordinariamente exagerado (20%) mas justificado pelo executivo CDU pela necessidade de garantir um grau de cobertura de custos que permitisse o acesso aos fundos comunitários para renovação das redes. Curiosamente, foi esta mesma Câmara que rejeitou a proposta da CIMBAL para a criação de uma empresa para a exploração da água em baixa e que garantiria desde logo o acesso a financiamentos que possibilitariam a intervenção e renovação de grande parte da nossa rede de distribuição, extremamente necessitada. Assim, vamos subindo os preços mas os problemas vão continuando sem resolução.

Por outro lado seria importante perceber o impacto que estes aumentos têm vindo a ter nas dívidas de água, principalmente o primeiro, pois são frequentes os pedidos de pagamento de água em prestações presentes nas reuniões de Câmara. Isto para referir que assim, mesmo com os aumentos, as receitas não aumentam certamente."

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que com a criação da ERSAR Entidade Reguladora dos Sistemas de Água e Resíduos, os municípios ficaram sujeitos a determinados princípios a que têm que obedecer sob pena dos seus tarifários não serem aprovados e estarem sujeitos, inclusive a contraordenações.

O que se propõe aqui não é um aumento ou uma subida dos preços da água até porque no cômputo geral existirá uma redução da faturação por parte do município. Propõe-se sim uma harmonização do tarifário a cobrar. O aumento do tarifário dos domésticos corresponde a 0,0008 cêntimos por metro cúbico enquanto que para o tarifário das famílias numerosas propõe-se uma diminuição do tarifário de 0,0008 cêntimos por metro cúbico. Portanto aquilo que os vereadores vêm afirmar, que existe um aumento da água, não é uma realidade, é sim uma vontade em querer fazer política à custa de uma situação inexistente até porque o atual tarifário, proposto para 2020, traz um maior benefício para a população do concelho. É caricato ouvir os vereadores do PS falar em renovação da rede de águas ou solução para perdas de água quando, durante 16 anos não gastaram um cêntimo com a renovação das redes, apesar de uma parte bastante considerável do concelho ter assistido à renovação de calçadas sem a mínima preocupação com as infraestruturas que estavam no subsolo. Ainda mais caricato é a proposta da criação da empresa de águas ou da entrega do abastecimento de água às populações para as mãos dos privados ou de uma empresa gestora quando, estes mesmos vereadores andam há um ano a defender que o município assuma competências noutras áreas de atuação. Por ultimo lembrar que a criação desta entidade reguladora foi criada com o governo do PS e desde 2010 o aumento tem sido uma realidade em todos os concelhos do país e também no concelho de Cuba.

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que é certo que as recomendações tarifárias emanadas pela ERSAR referem em parte o que o Sr. Presidente disse mas, salvaguardam também, o principio da defesa dos interesses dos utilizadores e o principio da acessibilidade económica, nos termos dos quais os tarifários devem atender à capacidade financeira dos utilizadores finais, situações que nestes concelhos do interior devem merecer da nossa parte uma especial atenção. Já percebemos também que tudo o que o PS faz ou fez é caricato mas isto é a sua opinião e contra isso nada podemos fazer. Já o que o PS fez em 16 anos está à vista e deve ser um orgulho para todos os cubenses.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que o tarifário agora proposto assegura e muito o principio da defesa dos utilizadores e o principio da acessibilidade económica, aliás seremos certamente um dos concelhos da nossa região que certamente melhor

Handwritten notes and signatures in blue ink. At the top, there is a small diagram of a line with an arrow pointing right. Below it, there are several signatures. One signature is clearly legible as "N.º 1" followed by "J. Melo". There are other illegible signatures and initials.

asseguram este princípios e se isso fosse colocado em causa o tarifário não seria aprovado pela ERSAR. A posição dos vereadores do PS sobre esta proposta de atualização dos tarifários até é mais do que caricata. No meu ponto de vista é ridículo votar contra uma percentagem de 1,2% que foi aplicada à generalidade das tarifas por imposição da entidade gestora. No que toca ao trabalho realizado pelo PS durante 16 anos no serviço de abastecimento de água, saneamento é efetivamente conhecido por todos: foi zero! E no que toca às atualizações dos tarifários em 2010, 2011 e 2012 chegaram ao desplane de aumentar o abastecimento de água em mais de 40%. Por isso temos consciência do trabalho que foi feito sobre esta matéria enquanto geriam a autarquia.

Handwritten notes and signatures in blue ink. At the top, a checkmark and the word "Não?". Below it, a signature that appears to be "Gilberto". At the bottom, another signature that appears to be "F. da".

O Sr. Vereador Luís Barriga disse para esclarecer que, de acordo com os documentos apresentados, a atualização não é 1,2 % mas sim de 2%. Por outro lado referir também que se o PS nada fez na rede de águas em 16 anos a CDU, apesar das posições tomadas e do discurso, também vai pelo mesmo caminho.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que a taxa efetivamente aplicada às tarifas em vigor teve em consideração o índice harmonizado de preços ao consumidor que é neste momento de 1,2% e teve em consideração as variações previstas para 2019 e para 2020, que na maior parte dos casos a tarifa reduz e que no cômputo geral a aplicação deste tarifário tem prevista uma redução da faturação para a entidade gestora. Relativamente às intervenções realizadas neste âmbito pela CDU o vereador não deve estar bem informado porque, até ao momento, desde 2013 todas as intervenções realizadas em ruas e praças do concelho tiveram a substituição das infraestruturas de água e saneamento. E o vereador sabe que já foi aprovado no âmbito do POSEUR uma candidatura para a Estrada da Circunvalação e para a Rua 1.ª de Maio que vai ter uma intervenção significativa na substituição e modernização das estruturas do abastecimento de água e no saneamento de águas residuais. Intervenções e candidaturas essas que o PS, em 16 anos, nunca realizou.

O Sr. Vereador Luís Barriga disse mal fosse se as obras referidas pelo Sr. Presidente não previssem a renovação das redes, ainda por cima havendo financiamento. Agora isso são situações pontuais em termos globais do concelho. Onde se fala em intervir

referimo-nos a problemas estruturais como é o caso de Vila Alva onde as perdas são superiores a 50%.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo *que problemas estruturais foi o que o PS deixou, especialmente em Vila Alva, onde durante anos substituiu calçadas, financiou a substituição das calçadas e esqueceu-se da substituição das estruturas do abastecimento de água e saneamento, deixando por isso por resolver este problema elevado da perda de águas. Efetivamente as intervenções que temos realizado em termos de requalificações urbana têm sido pontuais porque as globais foram realizadas pelo PS, nomeadamente na substituição de calçadas por todo o concelho quando deveria ter resolvido o problema e não o fez, numa altura em que o financiamento estava disponível e previa todo o tipo de intervenções nesta área.*

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, deliberou aprovar a proposta de atualização dos tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2020, constante do documento anexo, deliberação esta que deve, no prazo de 15 dias após a sua aprovação ser remetida à ERSAR, nos termos enunciados no acima referido art.º 11.º-A. -----

9. CUBAGEST, LDA. PROCESSO N.º 23/2019. PEDIDO DE LICENCIAMENTO/ REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCRITÓRIO COMERCIAL. RUA ÁLVARO CASTELÕES, N.º 52, EM CUBA. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a reabilitação e ampliação de um escritório comercial em zona urbana antiga, na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC); -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação Técnica deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar o requerente de que deverá, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do RJUE, apresentar no prazo de 6 meses a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

10. ESTIMA PARTILHA - UNIPESSOAL, LDA. PROCESSO N.º 24/2019. PEDIDO DE LICENCIAMENTO - LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES PARA INSTALAÇÃO DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL. PRÉDIO N.º 213 DA SECÇÃO E, DE VILA ALVA. -----

Vem a requerente submeter a licenciamento a legalização de construções com vista à implementação de uma unidade de Turismo em Espaço Rural (TER) na modalidade de “casa de campo” no prédio acima identificado; -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *Área Silvo-Pastoril dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e de REN (Reserva Ecológica Nacional) numa pequena área a norte e noroeste do prédio; -----

Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o disposto nos artigos 60.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas: -----

Nestas áreas só se admitem novas construções desde que destinem às atividades agrícola e florestal, bem como as destinadas a empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento. -----

Nas explorações agrícolas podem ser criados, nos termos da legislação em vigor, e em conformidade com o n.º 2 do presente artigo, Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI); Estes empreendimentos deverão, de preferência, apoiar-se em construções já existentes, de forma a contribuir para recuperar e valorizar o património rural em que é rico o concelho de Cuba; -----

São admitidos para estes solos, Parques de Campismo e de Caravanismo que deverão responder aos seguintes requisitos complementares aos estabelecidos em legislação específica: -----

Adaptação ao relevo existente de todas as componentes do parque de campismo: áreas para acampamento, vias, caminhos de peões, estacionamento e instalações complementares – de forma a garantir a drenagem natural, a predominância de superfícies permeáveis e a adequada integração no local; Organização criteriosa do espaço, equilibrando a privacidade e o sossego das instalações, com a animação e segurança dos espaços de uso comum; Adoção de soluções ecologicamente sustentáveis

e eficientes para as origens e redes de abastecimento, saneamento, energia, resíduos e acessibilidades; Utilização de materiais apropriados a sua adequada integração paisagística; Valorização de vistas, do território e da respetiva inserção paisagística; ---

O projeto apresentado visa a regularização de uma habitação com 108m², uma caseta de rega com 6.7m², um pequeno armazém com 19.07m² e uma fossa séptica estanque (em PVC com capacidade de 1000L), com vista à implementação de um TER na modalidade de “casa de campo”. A rede de águas é assegurada por captação a partir de furo artesiano, sendo a rede elétrica baseada em sistema solar fotovoltaico cujo equipamento está localizado no armazém. -----

É pretensão da requerente, para além do referido projeto turístico assente nas vertentes de agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura e “glamping”, edificar futuramente alguns *bungalows*, com o objetivo de diversificar a oferta; -----

Sem prejuízo da possibilidade de enquadramento no artigo 60.º do regulamento do PDM que permite nesta categoria de espaço a realização de empreendimentos turísticos, haverá que proceder à consulta prévia da CCDRA e da entidade regional da RAN, que nos termos da lei, devem emitir parecer, autorização ou aprovação sobre o pedido, nos termos do disposto no artigo 13.º do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2017 de 9 de Setembro. -----

No que respeita às condicionantes impostas pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta contra riscos de incêndio (PMDFCI) e não obstante a aprovação do mesmo já ter ocorrido, faltando a respetiva publicação em DR, haverá que acautelar alguns condicionalismos decorrentes da legislação específica, nomeadamente do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações subsequentes, através da intervenção do ICNF, ouvidas as entidades competentes. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a informação técnica despoletando os procedimentos de consulta prévia às entidades exteriores ao município para emissão dos respetivos pareceres. -----

11. VITOR MANUEL CAMPANIÇO VIANA. PROCESSO DE OBRAS N.º 26/2019. LICENCIAMENTO. AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO. RUA 5 DE OUTUBRO, EM VILA RUIVA. -----

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Vem o titular do processo requer a aprovação do licenciamento da obra de ampliação e alteração de moradia no prédio acima referido. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 15 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

12. ARRENDAMENTO COMERCIAL DA “ADEGA DO ARRUFÁ” – RESOLUÇÃO DE CONTRATO. -----

Por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 14/02/2018, e por efeito do trespasse efetuado entre a arrendatária inicial, Vera Cristina Bonito Beijudo, sucedeu na qualidade de inquilino do estabelecimento de restauração e bebidas denominado “Adega do Arrufa”, sito na Travessa das Francas, 3, em Cuba, Pedro Tiago Sousa Guerra. -----

Deste trespasse resultou para o novo inquilino a obrigação de cumprir o estipulado no contrato de arrendamento comercial que havia sido celebrado em 22/01/2013. -----

Acontece que, não obstante, as diversas tentativas de reunir com o arrendatário Pedro Guerra, nenhuma surtiu efeito, mantendo-se o estabelecimento em causa fechado e inativo há largos meses. -----

Situação que é inoportável manter. -----

Quid juris? -----

De harmonia com o disposto no art.º 1079.º do Código Civil (doravante CC), “o arrendamento urbano cessa por acordo das partes, resolução, caducidade, denúncia ou outras causas previstas na lei”. -----

Constitui fundamento de resolução do contrato o incumprimento que, pela sua gravidade ou consequências, torne inexigível à outra parte a manutenção do arrendamento (vide n.º 2 do art.º 1083.º do CC). O facto de estar em causa o encerramento há vários meses de um estabelecimento comercial de restauração e bebidas que foi arrendado com o objetivo de dinamizar o espaço e as respetivas infraestruturas, assim como o de criar uma nova atividade económica no concelho e

relativamente ao qual constituíam obrigações do arrendatário as seguintes, conforme disposto na cláusula 11.ª do Caderno de Encargos: -----

"a) Explorar o estabelecimento em moldes que confirmam elevados padrões de qualidade, designadamente no que diz respeito à higiene e segurança das respetivas instalações, bem como à qualificação e apresentação do pessoal que aí preste serviço; -----

b) Pagar atempadamente a renda que venha a ser definida no âmbito do presente procedimento; -----

c) Não dar ao imóvel arrendado outra utilização que não a do objeto do contrato de arrendamento; -----

d) Não fazer do imóvel arrendado uma utilização imprudente; -----

e) Dotar o estabelecimento do equipamento, mobiliário e utensílios necessários ao tipo e às características do serviço que presta; -----

f) Manter em bom estado de utilização e conservação o equipamento, mobiliário e utensílios existentes no estabelecimento, bem como todos os que lá venha a instalar; ---

g) Não proporcionar a outrem o gozo total ou parcial do imóvel por meio de cessão onerosa ou gratuita da sua posição jurídica, subarrendamento ou comodato, exceto se a Câmara Municipal de Cuba, a autorizar por escrito; -----

h) Comunicar à Câmara Municipal de Cuba, dentro de quinze dias, a cedência do gozo do imóvel arrendado por algum dos referidos títulos, quando permitida ou autorizada por escrito; -----


i) Cumprir todas as obrigações decorrentes de normas de higiene, segurança, salubridade e ambientais, relativas à atividade que vier a ser explorada; -----

j) Observar todos os condicionalismos legais e regulamentares exigidos para o tipo de serviço prestado, designadamente o disposto no Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, na Portaria n.º 573/2007, publicada na II Série do Diário da República, n.º 136, de 17 de junho, e no Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de novembro; ---

l) Confeccionar diariamente, pelo menos, um prato da tradicional gastronomia alentejana; -----

m) Fabricar artesanalmente, todos os anos, uma talha de vinho branco e outra de vinho tinto; -----

+ 1



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Miguel' and a large 'X' mark.

n) Restituir, findo o contrato, o imóvel arrendado em bom estado de conservação, ressalvadas as deteriorações inerentes a um uso normal e prudente, e em condições de nele poder continuar a ser explorado, ininterruptamente, um estabelecimento comercial". -----

De igual modo, constitui obrigação do arrendatário manter o estabelecimento aberto ao público durante todo o ano, salvo em dia de descanso semanal constante do mapa de horário de funcionamento e em caso de encerramento por motivo de férias, o qual estaria sujeito a autorização da Câmara Municipal de Cuba (vide Cláusula 12.ª do Caderno de Encargos). -----

Existe, portanto, um incumprimento do arrendatário que, pela sua gravidade e consequências, torna inexigível a continuação do contrato. -----

Mais se verifica que o arrendatário se encontra em mora relativamente ao pagamento das rendas devidas desde junho do corrente ano (tem, portanto, 5 meses em atraso, conforme documento anexo). -----

De igual modo, é inexigível ao senhorio a manutenção do arrendamento em caso de mora igual ou superior a 3 meses no pagamento da renda, conforme estipula o n.º 3 do art.º 1083.º do CC. -----

A resolução do contrato de arrendamento com fundamento numa das causas previstas no n.º 2 do art.º 1083.º do CC impõe o recurso ao tribunal (através da instauração de uma ação de despejo, conforme determina o n.º 1 do art.º 14.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua redação atual), conforme estabelece o n.º 1 do art.º 1084.º do CC. Por seu turno, a resolução com fundamento na mora no pagamento das rendas devidas, opera por meio de comunicação do senhorio ao inquilino dessa situação, conforme determina o n.º 1 do art.º 1084.º do CC. Porém, esta resolução fica sem efeito se o arrendatário puser fim à mora no prazo de um mês (vide n.º 3 do mesmo artigo). -----

De acordo com o disposto no art.º 1085.º do CC "1. A resolução deve ser efetivada dentro do prazo de um ano a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento, sob pena de caducidade. -----

2. O prazo referido no número anterior é reduzido para três meses quando o fundamento da resolução seja o previsto nos n.ºs 3 ou 4 do artigo 1083.º". -----

Nesta conformidade, deve V. Exª., Sr. Presidente, no âmbito da competência que lhe é

Handwritten notes and signatures in blue ink. At the top, there is a signature and the word "Nº 9" written below it. Further down, there is another signature. At the bottom, there is a third signature.

conferida pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibera por uma das seguintes opções: -----

Resolução do contrato de arrendamento com fundamento no n.º 2 do art.º 1083.º do CC, através da instauração de uma ação de despejo, o que implica a contratação de um advogado; -----

Resolução do contrato de arrendamento com fundamento no n.º 3 do art.º 1083.º do CC, através de comunicação fundamentada do facto que a origina ao inquilino. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou optar pela Resolução do contrato de arrendamento com fundamento no n.º 3 do art.º 1083.º do CC, através de comunicação fundamentada do facto que a origina ao inquilino. -----

13. CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM DOS COMBATENTES – RESOLUÇÃO DO CONTRATO. -----

No seguimento de concurso público aberto e por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 05/12/2018, foi adjudicada a cessão de exploração do Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba, a Filomena Maria Manhita M. Soudo. -----

Porém, o respetivo contrato só foi assinado em 24/05/2019. -----

Por email datado de 16/09/2019, veio a cessionária requerer a rescisão do contrato assinado, mas em 28/06/2019, veio alterar o seu pedido no sentido de solicitar a cessão da sua posição contratual para a sociedade Boa Massa, Lda. -----

A Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 10/07/2019, deliberou autorizar a cessão da posição contratual requerida, passando a ser cessionária da exploração do Bar do Jardim dos Combatentes, a Boa Massa, Lda. -----

Foi a nova cessionária notificada para a assinatura de adenda ao contrato de cessão pro ofício ref.º EGE/126, de 14/08/2019, tendo ficado agendada a data de 20/08/2019 para outorga da dita adenda. -----

O representante da cessionária não compareceu na data agendada, tendo nesse mesmo dia telefonado a informar que não lhe seria possível estar presente pois recebeu a notificação nesse mesmo dia e já tinha outro compromisso, ficando de comparecer para o ato no dia subsequente. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Com efeito, no dia 21/08/2019, esteve presente neste SAJAI, o Sr. Pedro Tiago Domingues Louro Dias Margarido, gerente da sociedade referida, porém, ao ler a adenda ao contrato, bem como o original do mesmo e verificando que os mesmos não continham qualquer redução no valor da renda como ficara combinado entre ele e a cedente do espaço, D. Filomena Soudo (que era o modo de abater o valor das obras realizadas no local), facto que, em momento algum, foi apreciado, autorizado ou deliberado pelo órgão executivo, ficou a assinatura sem efeito. O cessionário ficou de esclarecer aquele facto com a D. Filomena Soudo. -----

Face ao silêncio do cessionário, foi, em 27/09/2019, através do ofício ref.ª 164, solicitada a presença do Sr. Pedro Margarido no SAJAI para resolução da questão pendente. -----

Mais uma vez o cessionário nada disse. -----

Face ao exposto, encontra-se o estabelecimento encerrado. -----

Não tendo sido assinada a adenda com o cessionário da exploração, fica sem efeito a cessão de exploração do Bar do Jardim dos Combatentes. -----

Consequentemente, não cumprindo a cessionária as obrigações decorrentes do contrato, designadamente a abertura e funcionamento do estabelecimento, pode o contrato ser rescindido, nos termos da sua Cláusula 8.ª. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- 1) Revogar a cessão da posição contratual da cessão de exploração do Bar do jardim dos Combatentes à Boa Massa, Lda, por não assinatura da adenda ao contrato, do facto notificando o cessionário; -----
- 2) Rescisão do contrato de cessão de exploração do Bar do Jardim dos Combatentes, celebrado com Filomena Maria Manhita M. Soudo, do facto sendo ela notificada. -----

14. ANA MARIA CANECA DA SILVA. COBRANÇA INDEVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 158/2019, da Subunidade Administrativa esclarecendo a situação referente ao contrato de água cuja titular é a Sr.ª Ana Maria Caneca da Silva, consumidora de água numa moradia em Vila Alva, sita na Rua de Santo António, n.º 19. -----

Em fevereiro deste ano a água foi cortada porque se acumularam algumas mensalidades em dívida e a situação não foi reportada, na altura, aos serviços administrativos. -----

Recentemente, o consumo de água estava a ser pago por débito direto e só agora se detetou no extrato bancário o desconto de mensalidades de fevereiro até julho (6 meses) relativamente às quais, muito legitimamente, a consumidora pede o reembolso. O valor total sobre o qual incide o pedido é de € 34,32, correspondente a um consumo de 0m³/mês. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar aos serviços que procedam à devolução do valor correspondente às mensalidades indevidamente cobradas. -----

15. JOSÉ JOAQUIM MALTEZ PIEDADE. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM- ARRANQUE DE 20 OLIVEIRAS PARA PLANTAÇÃO DE VINHA. PRÉDIO N.º 120 DA SECÇÃO L DE CUBA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de 20 oliveiras para plantação de vinha no prédio acima identificado; -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido em **Áreas com Aptidão Agrícola Dominante**; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes** do mesmo plano, assinala-se interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) na totalidade do prédio; -----

Existe ainda interferência com a área do Bloco de Rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA); -----

Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86º do regulamento do PDM; -----

Deverá ainda o requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio; -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). Ainda e nos termos da comunicação n.º 857/DSBC/2018 emanada da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN), à semelhança do que já acontece com outros municípios, deve o presente pedido ser remetido à DRCALEN para emissão de parecer. -----

16. CASA AGRÍCOLA JOSÉ MALTEZ, LDA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - ARRANQUE DE 393 OLIVEIRAS PARA PLANTAÇÃO DE VINHA. PRÉDIO N.º 15 DA SECÇÃO A VILA ALVA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao prédio acima identificado tendo em vista o arranque de 393 oliveiras para plantação de vinha. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se a localização do prédio em *Áreas com Aptidão Agrícola Dominante, e da Rede de Proteção e Valorização Ambiental*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, assinala-se interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) numa área a norte e com solos de REN (Reserva Ecológica Nacional) na totalidade do prédio; -----

Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86º e 74.º do regulamento do PDM; -----

Deverá ainda o requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de Julho, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação,*

aterros, escavações e destruição do coberto vegetal. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que cumulativamente. -----

Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como: -----

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou -----

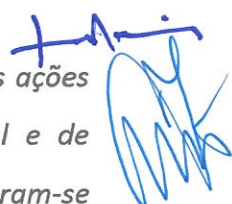


ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia. -----

De acordo com o atrás referido, e tendo em consideração as ações de olival e de vinha, nos termos do disposto no artigo 20.º e respetivo Anexo II do regime da REN, julgamos haver isenção de comunicação prévia -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). Ainda e nos termos da comunicação n.º 857/DSBC/2018 emanada da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN), à semelhança do que já acontece com outros municípios, devem as ações ser previamente comunicadas à DRCALEN para emissão de parecer. -----

17. ALBERTINA MARIA MORGADO MARQUES MIRA. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO E GÁS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 47/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do


Nº



Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação e gás, no valor de € 76,00, formulado pela Sr.ª Albertina Maria Morgado Marques Mira. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga deixou a seguinte nota: *Por uma questão de coerência com o que aqui dissemos na passada reunião de 16 de Outubro, não vamos votar favoravelmente na totalidade esta ratificação, essencialmente por incluir apoios que, na nossa opinião, não se enquadram no Regulamento Municipal de Apoios Sociais. Se a questão do apoio para alimentação nos parece poder ser justificada ao abrigo deste Regulamento, já a questão do gás nos parece muito forçada. Nada disto tem a ver com as reais necessidades da requerente e do seu agregado familiar, que deverão merecer naturalmente todo o apoio e encaminhamento da Câmara Municipal por forma a se encontrarem soluções para os seus problemas com os restantes parceiros da nossa comunidade e com as entidades competentes da administração central.*

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS no que diz respeito ao apoio em Gás, concordando com o apoio em alimentação, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

18. PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO. ANO LETIVO 2019/2020. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA. -----

Junto se apresenta a candidatura ao financiamento do Ministério da Educação, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com o estabelecido no Dec.-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, no Despacho Regulamentar nº 18987/2009, com ligeiras adaptações definidas pelos Despachos n.º 14368 – A/2010 de 14 de Setembro, Despacho n.º 12284/2011 de 19 de Setembro, Despacho n.º 11886-A/2012 de 6 de Setembro, pelo Despacho n.º

11861/2013 de 12 de Setembro, Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de Setembro e Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017 de 16 de junho e pelo Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, que altera o Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho. -----

Estes normativos legais orientam o trabalho desenvolvido na área da Ação Social Escolar. -----

O Ministério da Educação e da Ciência de modo a colaborar com as autarquias na promoção de medidas de combate à exclusão social e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, através deste Programa e após o cálculo do custo médio de cada refeição, este ano letivo a comparticipação de cada refeição consumida por aluno deverá ser de 0,47€. -----

Pelo efeito da universalidade de acesso à refeição escolar, todos os alunos do 1.º ciclo matriculados no Agrupamento de Escolas de Cuba, encontram-se inscritos no Programa de Generalização das Refeições Escolares. -----




Para o ano letivo 2019/2020, o preço das refeições escolares mantêm-se, sendo o valor de 1,46€. -----

Considerando que a candidatura prevê que os 157 alunos do 1.º ciclo usufruam deste Programa e que o ano letivo comporta 170 dias letivos e 9 não letivos, estes últimos contabilizados na semana das interrupções letivas do Natal e Páscoa, de acordo com o *Despacho n.º 7255/2018*, de 31 de julho, o valor estimado do financiamento pelo Ministério da Educação deverá ser 13.208,41€. -----

Informo ainda que, para o 1.º período do ano letivo 2019/2020, que comporta 67 dias letivos e 4 dias não letivos, aplicando o *Despacho n.º 7255/2018*, de 31 de julho, que alterou o *Despacho n.º 8452-A/2015* de 31 de julho estima-se que o valor do financiamento do Ministério da Educação seja no valor de 5.239,09€. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e de acordo com o estabelecido no no Dec.-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, Despacho Regulamentar n.º 18987/2009, com ligeiras adaptações definidas pelos Despachos n.º 14368 – A/2010 de 14 de Setembro, Despacho n.º 12284/2011 de 19 de Setembro, pelo Despacho n.º 11886-A/2012 de 6 de Setembro, Despacho n.º 11861/2013 de 12 de Setembro,

Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de Setembro e Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017 de 16 de junho, e pelo Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, que altera o Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, deliberou, em matéria de Ação Social Escolar, aprovar a Candidatura ao Programa de Generalização das Refeições Escolares para o 1.º Ciclo do ensino Básico para o Ano letivo 2019/2020. -----


Nº



PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12 h 40 m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

